

Os Cursos de Via Profissionalizante e a Distribuição do Serviço Lectivo Docente Realizado em Média Anual, no Ensino Cooperativo e Privado.

O ensino profissional mais do que triplicou nos últimos dez anos em Portugal, tanto em número de alunos como na oferta de cursos, abrangendo actualmente quase um terço dos estudantes do secundário, indicam os dados do Ministério da Educação (ME).

Em 2009, ano em que se comemoram os 20 anos do ensino profissional em Portugal, estão a frequentar este tipo de cursos quase 91 mil alunos, dos quais 60,3 por cento em escolas secundárias públicas, segundo os mesmos dados.

O número de alunos inscritos em cursos profissionais tem mantido crescimentos constantes desde há, pelo menos, dez anos, quando estavam inscritos 27.995 alunos, apenas nas escolas profissionais.

Assim, não nos podemos esquecer que até há bem pouco tempo foi o ensino privado que assegurou este tipo de ensino – não nos podemos esquecer que o ensino privado representa, hoje em dia 20% do sistema educativo português.

Nestes últimos dois anos, houve um “boom” do ensino profissional na escola pública, cujo Ministério da Educação (ME) se aproveitou claramente da experiência do ensino Particular e Cooperativo para estruturar e massificar este tipo de ensino, e ironicamente esvaziá-lo no ensino privado.

Esta introdução do ensino profissional no ensino público teve consequências não só no financiamento dos cursos de via profissionalizante do ensino privado e cooperativo, como também na estruturação do horário docente em média anual (sabe-se que tal conceito está também a ser introduzido no ensino público – não nos

podemos esquecer que há docentes com horários mistos: básico, secundário, cursos profissionais e mesmo CNO's).

Além disso, a contabilização da média anual depende directamente da calendarização do ano lectivo, podendo mesmo, futuramente, o ME estabelecer dois calendários diferenciados – um para o ensino regular e outra para os cursos de via profissionalizante (alargando o nº de semanas de aulas previstos para esse ano lectivo). Tal provocará desequilíbrios e perdas de direitos laborais, nomeadamente, no horário e na qualidade do trabalho docente – tendencialmente o número de turmas na distribuição lectiva, por cada docente, aumentará e pedagogicamente a distribuição de horas por turma por período será desequilibrada – assim, semanalmente uma turma poderá ter até 6 horas semanais ou mais com a mesma disciplina, durante um período bastante alargado e as outras disciplinas desse mesmo curso de via profissionalizante com um número de horas bastante reduzido).

Ora, na nossa perspectiva este conceito de média anual é uma afronta ao trabalho docente. O horário dever ser semanal e não ser em média (anual, semanal, diária). Percebem-se os problemas de financiamento, no ensino privado, mas cabe à entidade patronal resolvê-los, numa primeira linha de negociação, com o ME.

Além do mais, têm-se verificado abusos das entidades patronais, nomeadamente, na nossa onde leccionamos (Fundação Escola Profissional de Setúbal), em que se chegou ao cúmulo de incluir nessa média anual, as pausas lectivas, as faltas justificadas por doença, feriados e mesmo as férias do trabalhador, apenas por motivos economicistas – justificar o ordenado do professor ao longo de todo o ano lectivo. Deste modo, este conceito de média anual implica uma sobrecarga de horas lectivas em determinados períodos de tempo (consumindo-se a componente individual), com o engodo que em outros períodos o docente fica mais “folgado”. Mas, o que se está a verificar no

ensino privado, é que a “folga” é uma ficção e vive-se ao ritmo de trabalhos forçados continuados, em nome de um média anual.

Para concluir:

1. Verifica-se que no horário docente se contabiliza cada vez menos a componente individual do professor – dão-se aulas por atacado, perdem-se mais horas para a componente de escola e em tarefas burocrática
2. Verifica-se a transformação da profissão docente, para um tipo ensino de linha de produção fabril, hipocritamente defendendo a qualidade de ensino, o ensino reflexivo e colaborativo, e o sucesso escolar a todo o custo.
3. Isto deve-se, infelizmente, à criação o mito na opinião pública (com a ajuda de políticos e dos média) que o professor está quase sempre de férias, esquecendo-se que se trata de uma profissão de desgaste contínuo, onde o trabalho individual transborda claramente as 35 horas semanais de trabalho – sem qualquer ajuda de custo ou pagamento de horas extraordinárias.

Finalizando, não nos poderemos esquecer que só com o amor à “camisola”; o não deixarmos defraudados pais e alunos (que dependem de nós para concretizar as sua expectativas e sonhos) e que só com a crença e optimismo, com a ajuda imprescindível de todos os sindicatos, poderemos alterar o quadro actual do ensino público e privado em Portugal.

*Alexandra Chagas Narra
Luís Sá Fernandes*